



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

**RESUMO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE HABITAÇÃO
REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2025 (SEGUNDA-FEIRA) ÀS 15H00**

Participantes Governo: Karen Fernanda Barbosa (SMDHC), Luciana Almeida Dantas (SEHAB), Erico Casagrande (SMSUB), Thiago Fijos de Souza (SME)

Participantes Sociedade Civil: Adriana Ribeiro, Hari Kraemer, Alexandre Claudio, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (AEB), Darcy Costa (CISARTE)

Convidado: Roberta Cristina (SMDHC), Daniela Santiago (SMDHC), Marxseny Pinho (SMDHC), Aglai Viriato, Alderon Costa (rede rua), Cauani, Jennerfely, Priscila Ramis, Luiz Fernando, Kelly, Luci, Roseli Kraemer.

Às 15h22min do dia 24 do mês de março do ano de 2025, de forma online, plataforma Teams, reuniram-se os presentes para reunião mensal do subcomitê de denúncias.

A reunião foi presidida por Karen Fernanda, que iniciou sua fala agradecendo a presença de Luciana Almeida e alinhando as diretrizes para o andamento da reunião. Karen orientou os participantes a levantarem a mão caso quisessem falar ou esclarecer dúvidas durante a reunião, e mencionou que cada fala teria um tempo limite de 3 minutos. Ela informou que a reunião estava sendo gravada, mas que a gravação seria restrita ao controle interno, não sendo divulgada no site ou no Diário Oficial.

Darcy iniciou sua fala relatando sobre o Censo de 2020/2021 da população em situação de rua. Ele mencionou que a prefeitura havia apresentado um plano de ação que incluía a entrega de 7 prédios para locação social e 3 terrenos destinados à construção de unidades voltadas para pessoas em situação de rua. Darcy também compartilhou que possui os endereços desses empreendimentos, localizados em áreas como Parque da Bandeira, São João, São Francisco, entre outros, e destacou a existência de um GHT (Grupo de Trabalho) que discutia a demanda aberta e fechada. Ele mencionou que havia um cadastro onde as pessoas em situação de rua ou em trajetória poderiam se identificar, e que esse cadastro deveria ter crescido consideravelmente desde sua abertura.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Darcy também falou sobre a proposta dentro da Parceria Público-Privada (PPP), mencionando duas unidades específicas com histórico de destinação à população em situação de rua. Ele relatou que, durante o governo de Bruno Covas, foram entregues 34 unidades para a população em situação de rua, e que atualmente, sob a gestão de Ricardo Nunes, o programa estava sendo reformado. Darcy destacou que a placa do programa "Pode Entrar" estava sendo instalada, mas o imóvel estava sendo direcionado para outro movimento de moradia, sem relação com a população em situação de rua. Ele criticou o fato de que, após o falecimento de Bruno Covas, a política de assistência social na Vila Reencontro parou, e o trabalho com a Habitação cessou, resultando na dissolução do GT (Grupo de Trabalho). Ele parabenizou o comitê por ter trazido de volta esse subcomitê, ressaltando a importância de garantir os direitos das pessoas em situação de rua, incluindo o acesso a políticas públicas, saúde e, especialmente, moradia. Darcy também questionou Luciana sobre a possibilidade de retomar esses empreendimentos e perguntou se ela tinha conhecimento de uma possível assinatura de portaria que destinaria uma porcentagem do programa "Minha Casa, Minha Vida" para a população em situação de rua, um assunto que, segundo ele, seria uma indicação do prefeito. Darcy pediu a confirmação de Luciana sobre essa informação e se seria possível realizar um levantamento histórico para retomar a discussão e garantir a entrega do programa de locação social para essa população.

Luciana retoma a fala de Darcy Costa, respondendo ao seu questionamento.

Luciana inicia sua fala se apresentando como suplente e representante da SEHAB, destacando que esta é sua primeira reunião. Ela aproveita para explicar o departamento no qual trabalha, com o intuito de esclarecer possíveis dúvidas. Luciana menciona que algumas questões podem não ser de sua competência ou ela pode não ter informações completas, já que a SEHAB é dividida em várias coordenadorias. As principais coordenadorias são: Coordenadoria de Trabalho Social, Coordenadoria Física Territorial e Coordenadoria de Regularização Fundiária. Luciana esclarece que ela trabalha na Coordenadoria de Trabalho Social (CTS), a qual lida com a demanda fechada.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Ela explica que o trabalho da SEHAB e seus atendimentos são divididos por regiões na cidade de São Paulo, com as regionais sendo o Centro, Sul, Leste, Norte e Sudeste. A CTS, especificamente, lida com a demanda fechada, que é aquela onde a Secretaria remove famílias de seus espaços de moradia por algum motivo, como necessidade de obras ou mitigação de risco. Essas famílias são inseridas no programa de auxílio aluguel, desde que atendam aos critérios estabelecidos. Elas permanecem no auxílio aluguel até serem encaminhadas para uma moradia definitiva.

Luciana também esclarece que na demanda aberta, qualquer pessoa que resida na cidade de São Paulo pode se inscrever e fazer parte do cadastro da COHAB, visando a participação no processo habitacional da cidade.

Luciana continua sua fala direcionada a Darcy, esclarecendo que, em relação aos sete empreendimentos e aos três empreendimentos do PPP (Parceria Público-Privada), ela não participou das discussões e decisões durante aquele período. No entanto, ela informa que é possível realizar um levantamento interno na SEHAB para descobrir qual departamento esteve envolvido nessas conversas e iniciativas.

Ela também menciona que, atualmente, o único empreendimento em andamento na SEHAB é o empreendimento Asdrubal do Nascimento, e que, após esse, não houve outras construções. Quanto às especificidades desses empreendimentos e à possibilidade de seguir com novos projetos similares, Luciana infelizmente não tem uma resposta definitiva no momento, mas reafirma que poderá fazer o levantamento necessário para obter as informações e fornecer uma resposta mais completa a Darcy.

Darcy relata que é importante trazer em uma próxima reunião essa memória.

Luciana informa que fará o levantamento sobre os empreendimentos e questiona em qual ano ocorreram. Darcy responde que foi na primeira gestão do ex-prefeito Bruno Covas, a partir de 2017.

Luciana segue questionando sobre o resumo da reunião, e Karen informa que ele será encaminhado para ela. Em seguida, Karen chama a próxima inscrita, Gisele.

Gisele agradece a Luciana pela presença na reunião e destaca que já aguardava há bastante tempo a participação de alguém da SEHAB ou da COHAB. Ela então começa a



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

relatar sobre o empreendimento Asdrubal do Nascimento, que foi destinado à população em situação de rua. Gisele explica que ela e algumas outras pessoas estavam no programa "Autonomia em Foco", no qual algumas famílias tinham prioridade para a locação social, enquanto outras vinham do Parque Dom Pedro. Ela menciona também a questão das filas de espera, tanto para suplentes quanto para titulares.

Gisele questiona como foi feito o processo de escolha dessas famílias, já que muitas delas não estavam devidamente cadastradas e não haviam recebido fiscalização adequada. Ela levanta a dúvida sobre como foi realizada a escolha das famílias para o programa de locação social.

Gisele continua sua fala relatando que o empreendimento Asdrubal do Nascimento foi a primeira locação na gestão de Bruno Covas, mas desde então não houve mais locações para a população em situação de rua. Ela menciona que o único prédio disponível, o da 7 de Abril, foi invadido em 2022. O prefeito Ricardo Nunes fez um comunicado sobre o destino do imóvel, mas, algum tempo depois, ela e outros membros da Vila Reencontro conseguiram, por meio de um ofício, remover as pessoas que haviam invadido o local. Atualmente, o prédio está fechado e abandonado.

Gisele também fala sobre três Vilas Reencontro abandonadas e vazias, que não estão sendo disponibilizadas para a população, o que ela considera um absurdo. Ela destaca ainda que o programa "Auxílio Reencontro" não está funcionando como esperado, já que muitos beneficiários retornaram à Vila Reencontro ou estão em abrigos sociais, passando por dificuldades. Ela menciona também que alguns foram encaminhados para o programa POTE, mas não há acompanhamento adequado, além de um controle limitado sobre o fato de estarem ou não trabalhando.

Gisele compartilha que, na semana anterior (19/03/2025), passou essas informações para a secretária Regina Santana (Secretaria da SMDHC), que informou que analisaria a visita ao Asdrubal do Nascimento, pois acreditam que a população em situação de rua tem condições de pagar a locação social. Ela observa que muitos dos moradores já estão lá há seis anos e, em sua maioria, eram usuários de substâncias. Gisele questiona a decisão de entregar o prédio da 7 de Abril para uma instituição, considerando que, quando ele foi invadido, ela e outros membros do movimento



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

brigaram para que as pessoas saíssem do local. Agora, ela não acha justo que o prédio seja entregue à instituição e pede que Luciana Almeida vá até o local ou peça para que alguém vá para verificar essa questão do prédio 7 de Abril.

Luciana retorna para Gisele a respeito do empreendimento Asdrúbal Nascimento e informa que, de fato, é o único empreendimento pertencente ao programa de Locação Social. Este programa conta com sete empreendimentos na cidade de São Paulo, sendo que entre eles estão a Vila dos Idosos, o Palacete dos Artistas e o Asdrúbal Nascimento, que é destinado a pessoas em situação de rua. Esses três empreendimentos atendem a demandas específicas.

Luciana esclarece que, em relação ao processo de demanda do Asdrúbal Nascimento, em 2018, a indicação das famílias para residirem no empreendimento foi realizada pela SMADS, com um trabalho conjunto entre a SMDHC, SMADS, SEHAB e COHAB. Ela explica que o programa de Locação Social possui critérios de atendimento, e foi feita uma análise individual de cada pessoa e de cada família para verificar se atendiam aos requisitos do programa. Após essa análise inicial, foi formada uma lista de suplência, e das pessoas indicadas, 34 famílias que atendiam aos critérios passaram a residir no Asdrúbal Nascimento. Luciana também informa que, após esse processo, foi montada uma lista de suplência, e, caso algum morador deixasse de atender aos critérios ou optasse por não permanecer no programa, as pessoas da lista de suplência seriam chamadas.

Relata ainda que os empreendimentos de Locação Social recebem acompanhamento constante, com visitas semanais realizadas pela SEHAB, incluindo o suporte de outras políticas públicas. Ela acrescenta que sabe que a área da saúde está bastante presente nesse acompanhamento.

Por fim, Luciana informa a Gisele que não possui informações sobre o Pote ou a Vila Reencontro, pois esses empreendimentos pertencem a outra secretaria. Quanto ao 7 de Abril, Luciana menciona que sabe que o local esteve ocupado, mas não tem informações sobre uma possível definição quanto à sua destinação para locação social, e, caso isso venha a ocorrer, não se sabe se será destinado a população em situação de rua.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Gisele informa que Luciana não respondeu sobre o fato de que o Asdrúbal Nascimento é destinado à população em situação de rua e que, embora haja visitas realizadas no local, ela gostaria de saber a razão pela qual cinco prédios estão fechados quando deveriam estar ocupados. Gisele também relata que, há 15 dias, uma senhora chamada Rosa, residente no empreendimento de idosos no Pari, afirmou que entre 36 e 40 apartamentos estavam abandonados e que os idosos estavam sendo negligenciados. Dona Rosa teria levado essa denúncia à Secretaria de Assistência Social há um mês, na Câmara.

Gisele expressa que gostaria de obter informações sobre essas questões, questionando o motivo pelo qual os prédios estão fechados. Ela argumenta que, se é parte do programa de Locação Social, esses imóveis não deveriam estar fechados, mas sim ocupados por pessoas em situação de rua. Ela menciona ainda que Eliana recebeu a denúncia e prometeu verificar a situação, mas não houve fiscalização na Vila dos Idosos até o momento.

Luciana retorna para Gisele sobre seu questionamento e esclarece que, por algum período, algumas unidades ficam vazias, pois até que seja feita a indicação de novas pessoas para a Vila dos Idosos ou para o Asdrúbal Nascimento, há trâmites administrativos que precisam ser seguidos. Ela explica que a SEHAB está trabalhando para tratar dos critérios de famílias para unidades vagas no programa de Locação Social. Caso ainda exista uma lista de suplência do Asdrúbal Nascimento, e se houver unidades vazias, as famílias dessa lista serão chamadas. No entanto, ela ressalta que existem algumas questões e regras a serem seguidas para essa indicação.

Em relação à Vila dos Idosos, Luciana informa que estão trabalhando em um documento para entender quem poderá fazer as indicações das famílias. Ela menciona que as pessoas da SEHAB, especificamente do departamento de TCS, têm ciência da gravidade da situação das unidades vazias e estão empenhadas para resolver o problema, mas precisam decidir se irão pedir à SMADS para fazer as indicações, já que é necessário ter um respaldo legal para formalizar essas indicações.

Luciana também relata que a equipe técnica está ciente dessas demandas e das unidades vazias, e está acompanhando a situação.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Karen agradece a Luciana pela resposta e informa que Gisele caiu da reunião, mencionando que havia enviado uma mensagem no grupo informando que haviam removido Gisele. No entanto, Karen esclarece que ninguém está sendo removido da reunião e solicita que o próximo participante faça a fala.

Aglai inicia sua fala e informa que tem um detalhe importante a memória de 2018 e 2019 da questão de moradia e relata que Luciana vai se apropriar pois enquanto PSDB que ainda é, Aglai observa que existem algumas promessas feitas para pessoas com deficiência (PCD) durante o período das políticas voltadas aos idosos. Ela explica que essas promessas remontam ao programa "Família em Foco", de Luciano Almeida Mendes e Júlia de Castilho, no Belém, e que o título de residência foi transferido para pessoas em situação de rua, uma vez que, no caso dela, Aglai foi beneficiada pelo prefeito e trabalhou com ele na equipe de Fernando Alfredo, que era um homem de confiança de Bruno Covas.

Aglai dá as boas-vindas a Luciana e expressa sua discordância com a ideia de outras organizações se apropriarem de algo que, de acordo com ela, o movimento, representado por Darcy Ribeiro, solicitou primeiramente. Ela alerta que haverá cobranças também em relação ao secretário de Governo, Edson Aparecido, e lembra que ambos trabalharam no governo de Geraldo Alckmin. Aglai ressalta que não se sabe até que ponto uma pessoa está em situação de rua e compartilha sua experiência pessoal, mencionando que ela própria teve vínculos rompidos, sendo filha de pai e mãe, e que cursa o 8º semestre de Direito, o que lhe proporciona um conhecimento sobre o funcionamento da administração pública.

Ela informa que tem 20 anos de experiência na Prefeitura do Guarujá, participa das reuniões e está atenta aos acontecimentos. Aglai pede a Deus que proteja Luciana e lhe deseja boas-vindas ao cargo comissionado. Ela finaliza sua fala afirmando que o assistencialismo em São Paulo é eficaz, pois, segundo ela, nenhum outro prefeito do estado teve a capacidade de Bruno Covas em oferecer alternativas de vida para a população em situação de rua, um trabalho que, segundo ela, começou com o presidente Darcy Ribeiro.

A palavra é passada para Gisele e ela retorna informando que tinham excluído ela da reunião e que não conseguiu escutar a resposta de Luciana, e questiona sobre os prédios que estão pela justiça, mas que não há convém e não só esses, mas também


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

dos idosos. Gisele então relata sua frustração com a situação de vários apartamentos que permanecem fechados, incluindo os do Asdrúbal Nascimento e os destinados aos idosos. Ela questiona o motivo de estarem fechados, argumentando que a cidade, sendo a mais rica da América Latina, não deveria ter dificuldades financeiras para resolver essa questão. Gisele destaca que está cansada de ouvir explicações que envolvem falta de recursos, papelada ou encaminhamentos, afirmando que essas justificativas não têm mais validade e que é preciso ação imediata.

Ela também menciona que a situação das moradias está se tornando insustentável, especialmente em relação ao programa de Locação Social, e que muitas unidades estão fechadas enquanto há pessoas na fila de espera. Gisele questiona o que está sendo feito para resolver isso, já que, segundo ela, não existem mais suplentes ou fila de espera, mas sim uma falta de clareza sobre quem tem prioridade. Ela critica a incoerência nas respostas recebidas e lamenta a exclusão da população de rua, que continua sofrendo.

Gisele também menciona que, ao buscar informações sobre o fechamento dos apartamentos, recebeu a promessa de que a Secretaria da Assistência Social iria investigar, mas que a situação continua sem solução. Ela expressa preocupação com a possibilidade de que, ao invés de ajudar a população em situação de rua, esses espaços possam ser ocupados por outras entidades ou ONGs, o que, segundo ela, não é justo, pois a prioridade deve ser dar moradia à população em situação de rua.

Ela finaliza a mensagem pedindo uma explicação clara sobre o motivo de os apartamentos estarem fechados e questiona quando essas unidades serão realmente destinadas às famílias que precisam, afirmando que a população precisa de dignidade e não mais de abrigos provisórios ou moradias de emergência.

Informa que abrigo não é lar.

Karen Fernanda esclarece que ninguém foi removido da reunião. Ela explica que o sinal de Gisele provavelmente caiu, mas não houve tentativa de remoção. Karen enfatiza que a reunião está funcionando normalmente e ninguém está sendo silenciado, e menciona que Luciana já respondeu a uma das perguntas de Gisele, mas, no momento da resposta, Gisele não estava online. Karen então oferece a possibilidade de Luciana retomar a resposta ou fazer um resumo da situação, conforme necessário.


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Gisele explica que, quando seu sinal está fraco, aparece uma notificação indicando que alguém foi excluído da reunião, e informa que apareceu a mensagem de remoção, mas que tudo bem pois conseguiu retomar.

Luciana Almeida Dantas inicia sua fala explicando que, embora ela tenha informado previamente sobre a situação do empreendimento 7 de Abril, ela entende que é importante esclarecer novamente. Ela destaca que a Secretaria de Habitação (SEHAB) é dividida em várias coordenadorias e departamentos e, como assistente social da Coordenadoria do Trabalho Social, ela tem acesso a informações específicas, mas não a todas as informações da SEHAB.

Luciana menciona que, apesar disso, ela pode buscar respostas para as questões levantadas, como o destino do 7 de Abril. Quanto às unidades vazias do programa de locação social, ela confirma que a SEHAB tem ciência desses espaços e que o acompanhamento das unidades do programa é contínuo, ao contrário de outros empreendimentos, que recebem acompanhamento apenas durante um ano após a ocupação.

Ela explica que a lista de suplência foi esvaziada em alguns casos, como no caso da Vila dos Idosos, e que, para indicar novas famílias para as unidades vazias, é necessário seguir critérios específicos para cada empreendimento, além dos critérios gerais do programa de locação social. Luciana informa que a SEHAB está trabalhando na construção de novas legislações para regular essas indicações de famílias.

Ela também menciona que a SEHAB não pode simplesmente receber uma lista e indicar famílias sem considerar os critérios e regulamentações necessárias. Luciana reforça que a equipe técnica, responsável pelo acompanhamento social, está atenta a essas questões e realiza visitas semanais aos empreendimentos, com pleno conhecimento dos problemas relacionados às unidades vazias.

Roseli informa que as perguntas que ela gostaria de fazer estão no chat sobre os prédios. A pergunta dela era sobre os prédios e se há alguma informação sobre os 9 prédios e 2 terrenos que foram destinados à população em situação de rua e ao acesso à moradia, mencionando que aqueles que não têm renda (zero) terão direito a 3% da população em situação de rua que poderá acessar esses empreendimentos de


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

moradia em São Paulo. Roseli pede uma resposta de Luciana sobre esses prédios e terrenos destinados à população de rua.

Luciana responde a Karen sobre a pergunta de Roseli, informando que a questão é similar ao que Darcy já havia levantado. Ela menciona que irá fazer o levantamento das informações e que, no momento, não tem detalhes sobre isso.

Karen, então, retorna destacando que, por ser a primeira reunião, surgiram muitas demandas, algumas das quais Luciana não conseguiria responder imediatamente, já que não são de sua competência. Ela acredita que, com o encaminhamento adequado, Luciana poderá trazer uma devolutiva nas próximas reuniões.

Luciana confirma que, sim, nas próximas reuniões será mais fácil, pois ela terá mais clareza sobre quais departamentos recorrer. Karen sugere que, se for pertinente, o convite seja estendido a mais setores da SEHAB, para que eles possam acessar a reunião, já que é realizada de forma online, e tentem conciliar as agendas.

Gisele informa que Jennerfely irá falar pelo telefone dela, pois estava com problemas no dela para acessar a reunião.

Jennerfely faz uma pergunta direta e simples, questionando por que a Secretaria de Habitação (SEHAB) não se apresenta nos equipamentos de acolhida, não vai até o local, menciona que lá se tem o auxílio aluguel. Ela destaca a falta de interação da Secretaria com os moradores desses equipamentos, questionando por que a SEHAB não oferece projetos que ajudem as pessoas a ter uma reeducação financeira, uma vez que a justificativa é que a população em situação de vulnerabilidade não teria condições financeiras para pagar parcelas de moradia.

Ela sugere que a SEHAB poderia realizar projetos de capacitação para ajudar as pessoas a conquistar sua própria moradia. Jennerfely esclarece que o que a população realmente quer é ter sua própria casa, e não ocupar vagas em programas como o "Vila Reencontro" ou "Auxílio Reencontro". Ela menciona que cada pessoa tem suas próprias circunstâncias, mas o desejo comum é conquistar a moradia própria.

Além disso, questiona por que a SEHAB não busca uma aproximação com as pessoas nos equipamentos de acolhida e não mostra que há alternativas ou possibilidades para



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

que elas, em situação de vulnerabilidade, tenham uma chance real de conquistar uma casa no futuro. Ela conclui sua fala expressando o desejo de saber se existe algum tipo de apoio ou possibilidade de moradia para essas pessoas.

Luciana inicia sua resposta explicando que cada secretaria da Prefeitura de São Paulo tem seu público-alvo e áreas de atuação específicas, com o objetivo de atender diferentes demandas. Ela destaca que, embora cada secretaria tenha competências próprias, nada impede que haja um trabalho interdisciplinar e intersecretarial para abordar questões mais amplas.

Ela explica que, especificamente, as pessoas em situação de rua são atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), com algum apoio da Secretaria de Direitos Humanos, e não diretamente pela Secretaria de Habitação (SEHAB), devido às competências e responsabilidades de cada secretaria.

Luciana também menciona que a SEHAB não está envolvida diretamente nos centros de acolhimento, mas que questões relacionadas à geração de emprego e renda, por exemplo, são abordadas por outras secretarias, como a de Trabalho, Emprego e Renda. Ela sugere que, para quem busca moradia, uma opção seria acessar o site da Cohab e se inscrever, informando as especificidades do pedido, pois essa é a forma para que qualquer pessoa, seja em situação de rua ou não, possa pleitear acesso à moradia na cidade.

Jennerfely esclarece que sua pergunta não se referia à questão de empregabilidade, mas sim ao papel da Secretaria de Habitação (SEHAB) nos equipamentos de acolhida. Ela questiona por que a SEHAB não visita esses locais para explicar sua função e os recursos que oferece à população. Ela sugere que a SEHAB poderia se unir à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, além dos Direitos Humanos, para desenvolver um projeto voltado para a reeducação financeira, ajudando as pessoas a aprenderem a administrar seu dinheiro e a prepará-las para acessar programas como o CDHU ou para conseguir crédito na Caixa Econômica.

Enfatiza que a questão não é sobre empregabilidade, pois já existem outros setores que a ajudam nesse aspecto, mas sim sobre como a SEHAB poderia colaborar com a assistência social e outros órgãos para proporcionar condições de acesso à moradia,



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

oferecendo orientação financeira e possibilidades de inclusão no sistema de moradia pública.

Luciana agora comprehende claramente a questão de Jennerfely e concorda com a necessidade de um trabalho intersecretarial entre as diversas secretarias para fornecer orientações sobre os programas habitacionais disponíveis no município. Ela reconhece que, muitas vezes, as pessoas ficam desorientadas e não sabem como acessar esses serviços ou como tomar as melhores decisões para garantir a moradia, entrando em ciclos viciosos.

Jennerfely explica que, ao entender mais sobre os programas habitacionais e como acessá-los, as pessoas podem se tornar mais conscientes de seus direitos, o que pode contribuir para a mudança desse ciclo. Luciana se compromete a verificar as possibilidades dentro da SEHAB e, se possível, conversar com outras secretarias (como a de Assistência Social) para explorar formas de oferecer mais orientações e informações sobre esses serviços para a população.

A dúvida levantada por Hari, lida por Karen, questiona a situação das pessoas que saem dos acolhimentos e vão para o aluguel social, que tem duração de 2 anos. A preocupação central de Hari é que, após esse período, as famílias podem não estar completamente reestruturadas financeiramente ou socialmente, o que levanta a questão: **para onde essas pessoas irão após o fim dos 2 anos de aluguel social?**

Ela sugere que o tempo de 2 anos pode ser insuficiente para que as pessoas se recuperem totalmente e encontrem estabilidade, o que poderia resultar em uma nova situação de vulnerabilidade para essas famílias. Isso implica na necessidade de pensar em soluções mais sustentáveis a longo prazo para evitar que as pessoas retornem para uma situação de risco.

Luciana está tentando entender a origem e a administração do aluguel social mencionado por Hari. Ela quer saber se esse aluguel social é fornecido pelos direitos humanos (provavelmente pela Secretaria de Direitos Humanos) ou por **SMADS**. Ela está buscando esclarecer a responsabilidade de quem está oferecendo o aluguel social, que tem uma duração de 2 anos, e qual a origem desse programa, para que ela possa dar uma resposta mais precisa sobre a continuidade ou os critérios relacionados ao aluguel após esse período.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Parece que Luciana está tentando desvendar se a gestão é da Secretaria de Direitos Humanos ou da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Luciana esclarece que o **auxílio aluguel da SEHAB** (Secretaria Municipal de Habitação) é destinado a **famílias removidas por motivos específicos**, como obras realizadas pela prefeitura, situações de risco devido a problemas na moradia (como desabamentos ou barrancos), ou em casos em que as pessoas precisavam sair de suas casas por motivos de segurança. Essas famílias recebem o auxílio até que sejam realocadas para uma moradia definitiva, que é quando elas deixam de receber o auxílio.

Ela explica que, no caso da **SEHAB**, o auxílio aluguel tem um caráter temporário e é voltado especificamente para as famílias removidas pela prefeitura. Por outro lado, a **SMADS** (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) oferece auxílio aluguel em outras situações, como para mulheres vítimas de violência doméstica, e tem um prazo de dois anos, após o qual ela não tem uma resposta concreta sobre o que acontece com essas famílias.

Luciana destaca que a **Cohab** (Companhia de Habitação) é responsável por atender a população em geral, diferente da SEHAB, que se ocupa de um público mais específico, relacionado a remoções ou outros programas direcionados. Ela lamenta não ter uma resposta definitiva sobre o que acontece com as pessoas que, após dois anos de auxílio aluguel, ainda não têm moradia definitiva, mas sugere que se inscrevam no site da **Cohab** para tentar acessar os programas habitacionais disponíveis.

Luciana sugere que, após os dois anos de auxílio aluguel, a **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)** seria provavelmente a responsável por seguir com o atendimento, já que ela lida com outras questões sociais. Ela também considera a possibilidade de um **trabalho em conjunto** entre a **SEHAB** e outras secretarias, como a SMADS, para encontrar soluções. Ela menciona que uma alternativa seria o **programa de locação social**, que poderia ser uma opção para encaminhar essas famílias, mas não é uma resposta definitiva, e ainda precisa ser discutido mais a fundo.


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Gisele compartilha uma preocupação com a situação de muitas pessoas que, após dois anos de auxílio aluguel, ainda não conseguiram se estabilizar. Ela destaca que dois anos é um período muito curto para pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade extrema, e menciona que muitas dessas pessoas acabam retornando à rua, pois não têm outra opção. Ela solicita que haja uma reunião com a **Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)**, **SEHAB**, e outras partes envolvidas, para discutir essas questões e esclarecer o futuro dessas famílias após o período de auxílio.

Ela também destaca que, ao contrário do acompanhamento contínuo que algumas populações recebem, muitas pessoas em situação de rua não têm o mesmo tipo de apoio, e o ciclo vicioso de retornar para a rua continua. Gisele enfatiza que essas pessoas precisam de mais suporte e orientação, não apenas de recursos temporários, mas de soluções duradouras e sustentáveis. Ela pede um esforço conjunto das secretarias para garantir que essas questões sejam discutidas e que o sistema de apoio seja melhorado.

Karen está tentando coordenar a fala de Cauane, mas houve uma interrupção devido ao microfone desligado. Ela também verifica com Adriana se ela está presente e pronta para falar. Se precisar de mais detalhes ou ajuda, posso te ajudar a organizar ou resumir a discussão

Adriana Ribeiro complementa a fala de Gisele e Jennerfely, destacando que a SEHAB trabalha com uma demanda específica e sugere que, além da SEHAB, a reunião também inclua representantes da Diagonal e da Cohab. Ela explica que muitas famílias nas vilas têm condições de pagar por sua moradia, mas não querem auxílio ou abrigos temporários, e sim uma moradia definitiva. Adriana compartilha sua experiência pessoal de estar há 17 anos na demanda da Cohab e não ter conseguido uma casa, o que mostra as dificuldades que muitos enfrentam ao tentar acessar a moradia. Ela propõe que, na próxima reunião, representantes da Cohab e da Diagonal sejam convidados para explicar melhor as opções e processos envolvidos.

Luciana explica que a Diagonal é uma empresa contratada pela SEHAB para gerenciar o trabalho social, mas não faz parte diretamente da Secretaria. Ela esclarece que a SEHAB contrata várias empresas para executar o trabalho social nos territórios, e a Diagonal é uma dessas empresas, portanto, não seria apropriado chamar a Diagonal



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

para a próxima reunião, já que ela não representa a SEHAB. No entanto, Luciana concorda que seria interessante convidar a Cohab para a próxima reunião, já que a Cohab está diretamente envolvida com a moradia da população em geral.

Gisele destaca que, para resolver as questões relacionadas ao auxílio aluguel e o futuro das pessoas após os dois anos, é importante que várias partes envolvidas, como a SEHAB, a Cohab e a Diagonal, participem das discussões e ofereçam explicações claras para a população. Ela menciona que a população precisa entender o que acontecerá após o período de dois anos, principalmente se não houver alternativas habitacionais disponíveis. Ela também enfatiza que a população precisa de um acompanhamento mais eficaz e que todos esses órgãos devem ser responsáveis por fornecer soluções e esclarecimentos sobre a situação.

Karen explica para Gisele que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) também deveria estar presente nas discussões, mas atualmente há uma falta de representação devido à saída da pessoa responsável pelo comitê. Ela menciona que já foi feito um ofício e que estão aguardando uma resposta. Karen também reconhece a fragmentação entre as Secretarias e como isso pode dificultar a resposta clara e unificada para as demandas da população. Ela menciona que, nas próximas reuniões, a situação provavelmente estará mais bem encaminhada. Ela então pergunta se Adriana gostaria de falar novamente.

Adriana enfatiza a importância de juntar as Secretarias para abordar as dúvidas da população que recebe o auxílio reencontro, especialmente sobre o futuro após o término de dois anos. Ela compartilha sua preocupação sobre a capacidade de algumas pessoas se reerguerem nesse período e questiona se estarão realmente em uma posição melhor após esse tempo. Adriana também sugere que, ao invés de continuar pagando o auxílio aluguel, o governo poderia ajudar as famílias a pagarem as parcelas de uma moradia própria, considerando que isso seria mais vantajoso para elas. Ela propõe que as secretarias envolvidas sejam cobradas para apresentar projetos habitacionais concretos, direcionados às famílias que estão em situação de vulnerabilidade e auxílio.

Darcy Costa compartilhou sua experiência pessoal e a de outros na demanda aberta, onde ela e muitos outros estão aguardando há vários anos (12 anos, no seu caso) para serem contemplados com uma moradia. Ela destacou um problema estrutural no



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

processo, mencionando que muitas pessoas acabam morrendo sem serem contempladas, pois a seleção é baseada em sorteio, o que torna o processo ainda mais incerto. Darcy mencionou que, recentemente, surgiram mecanismos como o "Pode Entrar" para desbloquear empreendimentos ligados ao programa "Minha Casa, Minha Vida", porém, esses mecanismos não são suficientes para resolver o gargalo da demanda aberta. Ela propôs repensar a forma como o acesso à moradia para a população em situação de rua pode ser melhorado dentro desse contexto, uma vez que muitas dessas pessoas permanecem por anos aguardando atendimento.

Karen Fernanda perguntou se alguém, além de Cauane, gostaria de fazer alguma consideração antes de concluir a reunião. Ela também mencionou que o grupo de trabalho tem reuniões programadas para ocorrer a cada dois meses (bimestralmente) e que, assim que a nova data da reunião estiver definida, ela será compartilhada com todos os participantes.

Darcy Costa solicitou o registro da questão da demanda aberta, destacando a necessidade de agilizar o processo devido às entidades que frequentemente saem na frente, enquanto a demanda aberta para a população em situação de rua não avança.

Luciana registrou a questão de Darcy sobre repensar a demanda aberta para a população em situação de rua. Ela explicou que o programa "Pode Entrar" tem uma modalidade voltada para aquisição, que é usada tanto para as famílias da SEAB que recebem auxílio aluguel quanto para as famílias da Cohab. Luciana anotou a necessidade de discutir com a Cohab sobre a viabilidade de repensar o processo e como ele pode ser implementado de forma mais eficaz.

A reunião foi finalizada com agradecimentos e algumas considerações importantes. Karen Fernanda dos Santos Barbosa solicitou que os participantes colocassem seus e-mails no chat para que um resumo da reunião, incluindo questionamentos e respostas, fosse enviado. Gisele sugeriu que a Cohab pudesse incluir a população em situação de rua no programa "Pode Entrar", uma proposta que foi bem recebida pelos participantes. Luciana Almeida Dantas se despediu, agradecendo a todos, assim como os demais participantes, como Darcy Costa e Gisele, que agradeceram a reunião e reforçaram a ideia de incluir a população de rua no processo. Finalizada a reunião as 17h00.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Encaminhamentos

1	Próximas reuniões acionar outras secretárias (COHAB)	SMDHC
2	Informações sobre destino 7Abril	SEHAB
3	Levantamento sobre os terrenos empreendimentos (9)	SEHAB
4	Alinhar/conversar com SMADS	SEHAB